



Relatório de Estabilidade Financeira 2011



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO
DE ESTABILIDADE FINANCEIRA 2011

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2012

Ficha Técnica

Título: Relatório de Estabilidade Financeira 2011

Editor: Banco de Cabo Verde
Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro
Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
<http://www.bcv.cv>

Paginação: Departamento de Recursos Humanos e Administração

Índice

Nota Introdutória	5
Capítulo 1. Sistema Bancário - Enquadramento e Riscos Macroeconómicos	7
Capítulo 2. Sector Bancário.....	13
2.1 - Competitividade	13
2.2 - Análise económica e financeira	14
2.3 - Riscos da actividade bancária	15
2.3.1 - Adequação de Fundos Próprios.....	15
2.3.2 - Risco de Crédito	17
2.3.3 - Risco de mercado	19
2.3.3.1 - Risco de taxa de juro.....	19
2.3.3.2 - Risco de taxa de câmbio	22
2.3.4 - Risco de liquidez.....	23
2.3.4.1 - Fontes de financiamento	23
2.3.4.2 - Indicadores de liquidez.....	24
2.3.4.3 - <i>Missmatches</i> por prazos e <i>gaps</i> de liquidez.....	25
2.3.5 - Risco operacional	26
2.4 - Resultados dos testes de <i>stress</i>	26
Capítulo 3. Sector Financeiro Segurador	29
Capítulo 4. Mercado de Valores Mobiliários	31
Capítulo 5. Infra-estruturas e regulação do sistema financeiro	33
5.1 - Sistema de pagamentos.....	33
5.2 - Regulação do sistema financeiro	34
Capítulo 6. Considerações finais	37

Índice de Caixa

Caixa 2.1 - O risco de taxa de juro na carteira dos bancos em Cabo Verde ..	20
---	----

Índice de Quadros

Quadro 1 - Indicadores macro-económicos e financeiros	6
Quadro 2 - Economia nacional - projecções do Banco de Cabo Verde	8
Quadro 3 - Balança de pagamentos (fluxos em milhões de escudos)	9
Quadro 4 - Contas do Estado	10
Quadro 5 - Stock da dívida pública	11

Quadro 6 - Balanço e demonstração de resultados do sector bancário	12
Quadro 7 - Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) no mercado de crédito	13
Quadro 8 - Fundos Próprios e rácio de solvabilidade	15
Quadro 9 - Vectores de risco	16
Quadro 10 - Qualidade da carteira de crédito	17
Quadro 11 - Indicadores de Liquidez	24
Quadro 12 - Missmatches por prazos e <i>gaps</i> de liquidez	25
Quadro 13 - Risco operacional em função do risco total	26
Quadro 14 - Resultados dos testes de <i>stress</i>	27
Quadro 15 - Taxa de penetração e densidade do seguro	29
Quadro 16 - Capitalização bolsista	31
Quadro 17 - Capitalização bolsista por segmentos	31

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Tier I, Tier II e FP	16
Gráfico 2 - Variação dos activos ponderados pelo risco	17
Gráfico 3 - Exposição da banca ao sector da construção	18
Gráfico 4 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário	23
Gráfico 5 - Contributos dos fluxos de financiamento para a variação do crédito ..	24

Nota Introdutória

Zelar pela estabilidade do sistema financeiro constitui uma das prioridades de actuação do Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade de supervisão do sistema financeiro nacional, o que implica o acompanhamento contínuo, a análise, a identificação de actuais e potenciais riscos para o sistema financeiro, bem como a implementação de mecanismos de reposição de equilíbrio dos mercados.

O Relatório de Estabilidade do Sistema Financeiro é uma publicação anual do BCV, onde se relata e analisa a evolução do sistema financeiro, particularmente do bancário, e os riscos para o sistema.

O presente Relatório de Estabilidade relativo a 2011 traz duas novidades: a análise do risco de taxa de juro na carteira bancária e a análise de liquidez, com base nos novos normativos emitidos pelo Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro. Estes novos instrumentos permitem uma avaliação mais detalhada do risco de liquidez e da magnitude da exposição do balanço dos bancos às flutuações na taxa de juro, isto é, do risco de taxa de juro.

Quadro 1 - Indicadores macro-económicos e financeiros

Em percentagem; valores em final de período					
Indicadores macroeconómicos e financeiros	2007	2008	2009	2010	2011
Índice de preços no consumidor					
Taxa de variação média dos últimos doze meses	4,4	6,8	1,0	2,1	4,5
Taxa de variação em relação ao mês homólogo	4	6,7	-0,4	3,4	3
Taxa de câmbio - Euro/Dólar	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2
Taxa de variação real do PIB	8,6	6,1 *	4,0 *	5,6 *	5,1 *
Sector público - Indicadores seleccionados					
Saldo global, incluindo donativos (em % do PIB)	1,3	-1,8 *	-6,8 *	-12,0 *	-8,9 *
Saldo global, excluindo donativos (em % do PIB)	-3,7	-6,8 *	-13,3 *	-19,0 *	-10,1 *
Saldo primário (em % do PIB)	-1,9	-5,2 *	-10,7 *	-17,3 *	-11,5 *
Saldo corrente (em % do PIB)	5,3	6,3 *	2,5 *	1,9 *	3,75 *
Défica da conta corrente, incluindo transferências correntes (em % do PIB)	14,7	16,0 *	16,7 *	13,1 *	10,1 *
Dívida interna pública em % do PIB (excluindo depósitos da DGT)	20,3	17,5 *	18,2 *	17,6 *	20,3 *
Dívida externa pública em % do PIB	46,8	46,4 *	51,6 *	60,0 *	67,2 *
Taxa de juro das obrigações do Tesouro (última emissão)	5,5	5,4	5,7	6,0	6,0
Sector financeiro bancário					
Rendibilidade					
Taxa de juro activa implícita (1)	13,4	10,8	9,4	9,9	9,6
Taxa de juro passiva implícita (2)	2,3	2,5	2,7	2,9	3,2
Margem implícita	11,1	8,3	6,7	7,0	6,4
ROE - rendibilidade dos capitais próprios	30,9	15,8	9,8	9,9	8,0
ROA - rendibilidade do activo	1,6	1,0	0,7	0,7	0,6
MF - Margem financeira (% do activo total)	3,7	2,9	3,8	3,03	3,7
Comissões líquidas (% do activo total)	0,9	0,7	0,6	0,5	0,5
Custos operacionais / produto bancário	53,1	52,3	65,5	66,9	71,3
Custos operacionais / activo líquido	2,7	2,9	3,5	3,4	3,4
Solvabilidade					
Rácio de adequação global dos fundos próprios	11,4	12,0	11,5	15,6	14,0
Risco de taxa de câmbio +					
Posição líquida em ME					
Em % do activo líquido	-	-	-	-	3,5
Em % dos fundos próprios	-	-	-	-	42,3
Risco de taxa de juro ++					
Gap AS / PS até 1 ano					
Em % do Activo Líquido	-	-	-	-	2,8
Em % dos Fundos Próprios	-	-	-	-	34,1
Risco de liquidez					
Activo líquido / activo total	15,9	15,3	16,4	12,5	13,2
Activo líquido / passivo de curto prazo	44,1	45,1	49,2	37,7	43,3
Rácio crédito / depósitos	53,7	75,7	75,5	79,2	86,0
Risco de Crédito					
Qualidade da carteira de crédito (Circular nº 150 de 28/12/2009)					
Crédito e juros vencidos / crédito total	4,3	2,5	3,9	4,0	6,8
Crédito vencido líquido / crédito total	-0,5	-2,8	-1,7	-1,8	0,4
Provisões(3) / Crédito vencido	113,2	211,5	141,9	143,9	94,8
Sector financeiro segurador					
Evolução da carteira	12,8	15,3	3,3	4,1	4,6
Grau de penetração dos seguros na economia (% do PIB)	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7
ROA	13,2	12,6	14,6	15,9	13,7
Grau de cobertura das provisões técnicas por activos	141,9	135,2	143,4	155,1	182,6
Margem de solvência	166,8	200,1	269,6	298,0	279,2
Mercado de Valores Mobiliários					
Capitalização bolsista total (tv em %)	190,8	-3,7	13,7	20,5	-9,0
Capitalização bolsista total (em % do PIB)	18,0	16,0	20,0	20,0	17,0

AS - Activos sensíveis à taxa de juro; PS - Passivos sensíveis à taxa de juro; DGT- Direcção Geral do Tesouro

* valores provisórios

+ Dados relativos às disponibilidades e responsabilidades em moeda estrangeira a 31/12/2011 - DMR

++ Dados reportados, segundo o mapa de apuramento do risco de taxa de juro

[1] Juros e proveitos equiparados/Créditos total (excluindo títulos)

[2] Juros e custos equiparados/depósitos totais

(3) - não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

Fonte: Banco de Cabo Verde, Bloomberg

Capítulo 1. Sector Financeiro – Enquadramento e Riscos Macroeconómicos

Em 2011, os riscos macroeconómicos para a estabilidade financeira registaram uma deterioração, em decorrência do agravamento do enquadramento externo da economia nacional e do abrandamento da actividade económica interna, conforme sugerem os dados e indicadores quantitativos produzidos pelo Banco de Cabo Verde.

A economia global sofreu uma considerável desaceleração em 2011, invertendo a trajectória de recuperação da crise financeira e económica iniciada em 2008. Deste modo, o enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi menos favorável, devido, sobretudo, à fraca performance dos países avançados. A fragilidade inesperada da economia dos EUA, a renovada volatilidade financeira, motivada pelos receios quanto à severidade dos desafios orçamentais dos países mais vulneráveis da Zona Euro, e os efeitos devastadores na produção e no sentimento do consumidor do sismo e tsunami do Japão, justificam o desempenho dos países avançados, na perspectiva do FMI. No que se refere às maiores economias emergentes, as informações disponíveis sinalizam fortes crescimentos da actividade e do emprego, ainda que em desaceleração, na Índia, Brasil e Rússia.

O contexto particularmente adverso da crise económica e financeira, particularmente dos principais parceiros do país (Portugal, Espanha, Itália, entre outros países da União Europeia), condicionou sobremaneira a actividade económica do país. Esta região continua a evidenciar fraca *performance* económica e um elevado nível de desemprego e debate-se igualmente com a grave crise da dívida soberana, o que afectou negativamente a economia nacional, nomeadamente condicionando as receitas de turismo, as remessas de emigrantes, o investimento externo e os donativos oficiais. A União Europeia é o principal mercado emissor do turismo, representando mais de 90% das dormidas. Cerca de 84% das remessas de emigrantes e mais de 90% dos capitais para investimento directo em Cabo Verde provêm do espaço económico da União Europeia.

Num contexto de deterioração do enquadramento externo da economia nacional, o ritmo de crescimento da actividade económica registou um abrandamento, em 2011. As estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento real do produto interno bruto de 5,1%, um pouco abaixo dos

5,6% estimados para 2010. Esta evolução menos favorável da economia nacional ficou a dever-se à acentuada queda da procura externa líquida, em consequência do aumento expressivo das importações de bens e serviços.

O contributo da procura externa líquida para o crescimento económico foi de -5,1 pontos percentuais do PIB. O contributo da procura interna para o crescimento económico foi, por seu turno, muito positivo, tendo crescido de 5,8 para 10,2 pontos percentuais, impulsionado pela dinâmica do consumo e investimento privados. Em 2011 a dinâmica do investimento empresarial privado compensou, em larga medida, o abrandamento dos investimentos residenciais e a queda do investimento público.

Quadro 2 - Economia nacional - Projeções do Banco de Cabo Verde

	2010 E	2011 E
Var. percentual		
Produto Interno Bruto	5,6	5,1
Consumo Privado	4,0	3,3
Consumo Público	2,6	1,9
Formação Bruta de Capital Fixo	4,1	14,5
Exportações	13,8	10,4
Importações	4,1	10,8

Notas: E - Estimativas

Fonte: Banco de Cabo Verde

A procura externa líquida, ajustada dos efeitos sazonais, deteriorou em 2011, não obstante o comportamento muito favorável das exportações de bens e serviços. O aumento das importações determinou o agravamento do saldo da balança de bens e serviços.

Do lado da oferta, o indicador de clima económico produzido pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sugere, igualmente, um abrandamento da actividade económica, em 2011.

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), situou-se nos 4,5% em 2011, valor superior ao registado no ano anterior em 2,4 pontos percentuais. Mantendo a tendência iniciada em Abril de 2010, os preços em Cabo Verde apresentaram ao longo de todo o ano um perfil ascendente, reflectindo a evolução dos preços internacionais de bens energéticos e alimentares transformados, produtos essencialmente importados.

As contas externas deterioraram-se significativamente em 2011, em resultado da aceleração das importações de bens, da expressiva queda das transferências oficiais e da redução das exportações dos serviços de transportes aéreos, num contexto de diminuição do investimento directo estrangeiro e dos desembolsos líquidos da dívida pública externa.

Quadro 3 - Balança de Pagamentos (fluxos em milhões de escudos)

	2010E	2011E	t.v. (%)
Balança Corrente e de Capital (milhões de escudos)	-14.568,2	-21.629,8	48,5%
Bens	-56.821,8	-67.196,8	18,3%
Exportações	11.282,3	16.758,9	48,5%
Importações	-68.104,1	-83.955,6	23,3%
Serviços	17.132,3	20.830,9	21,6%
Exportações	42.173,9	45.833,2	8,7%
Transporte aéreo	10.698,2	7.855,7	-26,6%
Viagens de turismo	17.185,2	23.269,7	35,4%
Importações	-25.041,6	-25.002,3	-0,2%
Rendimentos	-6.479,5	-4.712,9	-27,3%
Rendimentos Investimento Directo	-4.537,1	-2.198,7	-51,5%
Juros Dívida Externa Pública	-667,5	-851,5	27,6%
Juros Dívida Externa Privada	-2.079,1	-2.446,1	17,6%
Transferências Corrente e de Capital	31.600,8	29.448,9	-6,8%
Transferências Oficiais	11.967,2	6.394,4	-46,6%
Remessas de Emigrantes	10.467,0	13.544,0	29,4%
Balança Financeira (milhões de escudos)	20.107,4	21.039,8	4,6%
Investimento Directo	9.282,1	7.274,9	-21,6%
Dívida Externa Pública	14.656,7	14.171,8	-3,3%
Dívida Externa Privada	-2.744,7	1.657,5	-160,4%
Activos de Reserva	-2.185,1	3.675,6	-268,2%

E: estimativas

t.v. - taxa de variação

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em 2011, as necessidades líquidas de financiamento da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, aumentaram 4,7 pontos percentuais do PIB para 16,4%. O défice da balança corrente subiu de 14% do PIB para 17%, enquanto o excedente da balança de capitais reduziu 2 pontos percentuais, para 0,7% do PIB, com a significativa redução dos donativos oficiais.

O agravamento da balança corrente e de capital foi determinado, substancialmente, pela aceleração das importações de bens (em cerca de 12 pontos percentuais), pela expressiva queda das transferências oficiais unilaterais (47%) e pela redução das exportações dos serviços de transportes aéreos (20,9%). As exportações de bens, as receitas de turismo e as remessas de emigrantes, pelo contrário, registaram um comportamento muito positivo, crescendo, respectivamente, 48,5%, 26,4% e 29,4%, em 2011.

A balança financeira, que representa os canais através dos quais se processa o financiamento externo da economia, registou uma entrada líquida de fundos na ordem dos 14% do PIB em 2011, menos 2,3 pontos percentuais que o registado em 2010. Para a redução dos influxos financeiros líquidos con-

tribuíram, significativamente, a redução do investimento directo estrangeiro (21,6%), dos passivos das sociedades financeiras (13,2%), bem como dos desembolsos líquidos da dívida pública (3,3%).

Em consequência, as reservas internacionais líquidas do país caíram 33 milhões de euros, passando a garantir 3,2 meses de importações (quando em 2010 garantiam 4,2 meses).

Quadro 4 - Contas do Estado

	2010	2011	Var. %
Receitas fiscais	26.389	29.709	12,58
das quais:			
Imposto s/ IVA	10.482	11.603	10,69
Imposto Único sobre Rendimento	7.865	8.661	10,12
Donativos	8.662	4.199	-51,52
Despesas Correntes	27.670	28.685	3,67
das quais:			
Salários	13.225	13.885	4,99
Transferências	7.343	7.603	3,54
Pensões	2.749	3.180	15,68
Despesas de Investimento	25.926	22.367	-13,73
Saldo global (incluindo donativos) em % do PIB	-11,9	-10,1	-
Saldo corrente em % do PIB	1,7	3,7	-

Fonte: BCV

Num contexto de agravamento do enquadramento externo, a política orçamental esteve orientada, em 2011, no sentido da contenção das despesas de funcionamento e da melhoria da eficiência tributária.

No final do ano, o défice orçamental, incluindo donativos, atingiu os 13.263 milhões de escudos cabo-verdianos (12,3 % do PIB), tendo-se reduzido 2,2 pontos percentuais, para 10,1%. A redução das despesas de investimento, na ordem dos 18%, explica, em larga medida, a redução do défice das contas públicas em 2011.

As receitas fiscais cresceram 12,3% (+2,8% em 2010), reflectindo, em grande medida, o dinamismo da actividade económica em 2010, o aumento das importações e a melhoria da eficiência nas cobranças. Em particular, as receitas com o Imposto sobre o Valor Acrescentado aumentaram 10,3%, num ritmo superior ao crescimento do PIB nominal em 1,3 pontos percentuais.

Em resultado do aumento das necessidades de financiamento, o stock da dívida do Governo Central (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) atingiu os 87,5% do PIB, em finais de 2011. Esta evolução reflecte tanto o aumento do endividamento externo (para 67,2% do PIB) como da dívida interna (para 20,3% do PIB).

Por sectores institucionais, o sector bancário (incluindo o BCV) é o maior credor, detendo a maior parcela da dívida interna do País (38,7%), totalizando um *stock* de 17,3 milhões de contos, que compara com os 15,2 milhões de contos relevados no período homólogo de 2010. O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) detém a segunda maior parcela da dívida interna do país (35,7%).

Quadro 5 - *Stock da Dívida Interna*

Dívida interna pública, em milhões de escudos	2010	2011	Var.(%/pp)
Sector bancário	11.984	14.378	19,97
Sector não bancário	26.304	27.372	4,06
dos quais INPS	14.080	19.943	41,64
Dívida interna pública total	41.466	44.648	7,67

Fonte: BCV

A contínua degradação da economia internacional, a desaceleração da actividade económica nacional, bem como a evolução ascendente da inflação e a situação das contas públicas, constituem riscos que poderão afectar a estabilidade do sistema financeiro nacional. Por um lado, podem condicionar a indústria bancária nacional e, deste modo, contribuir para a redução dos resultados, da rentabilidade e da liquidez das instituições, bem como para o agravamento das condições de financiamento (via redução dos depósitos); por outro, podem induzir ao aumento do incumprimento das obrigações contractuais de famílias e empresas para com o sistema bancário, podendo, por esta via, contribuir para o aumento do risco de crédito e de perdas para o sector bancário.

Relativamente ao endividamento bancário do sector privado não financeiro (Empresas e Particulares), o crédito bancário a este sector cresceu, em 2011, 9,4%, face aos 8,5% de 2010, num contexto de abrandamento do consumo privado e de forte aceleração do investimento público.

Quadro 6 - Balanço e Demonstração de Resultados do sector bancário - 2011

ACTIVO	Dez-09	Dez-10	Dez-11	Var. % 11/10		Dez-09	Dez-10	Dez-11	Var. % 11/10
Caixa e Disponibilidades	20.898.039	17.060.588	19.661.819	15,25	Juros e proveitos equiparados	7.704.868	8.573.035	9.336.158	8,9
Aplicações em instituições de crédito	5.048.613	9.497.508	8.455.030	-10,98	Juros e custos equiparados	2.810.380	3.163.681	3.660.270	15,7
Crédito sem Imparidade	71.199.879	79.747.950	85.719.419	7,49	MARGEM FINANCEIRA	4.894.488	5.409.354	5.675.888	4,93
Títulos	23.307.043	24.463.161	27.038.924	10,53	Rendimentos de instrumentos de capital	279.310	264.843	213.434	-19,4
Crédito com Imparidade	2.350.093	1.914.905	4.910.315	156,43	Comissões Líquidas	740.685	713.340	779.150	9,2
Propriedades de investimentos	109.021	20.656	10.953	-46,97	Res. de act. e pass. ao JV através de resultados	-1.836	-184	11.451	6335,1
Imobilizações não financ.(líq.amort.)	3.773.008	4.380.734	5.107.632	16,59	Resultados de activos financ. disp.para venda	6	11	25.399	236411,9
Outros activos	2.956.822	4.057.607	4.327.319	6,65	Resultados de reavaliação cambial	259.520	310.304	274.491	-11,5
TOTAL	129.642.519	141.143.110	155.231.413	9,98	Resultados de alienação de outros activos	5.196	633	0	-100,0
PASSIVO		Dez-10	Dez-11	Var. 11/10	Outros resultados de exploração	711.318	469.241	476.955	1,6
Recursos de Bancos Centrais	250.000	0	6.942	0,00	MARGEM COMPLEMENTAR	1.994.199	1.758.188	1.780.879	1,29
Recursos de instituições de crédito	4.676.358	5.627.195	10.217.195	81,57	PRODUTO BANCÁRIO	6.888.687	7.167.542	7.456.767	4,04
Depósitos	103.414.065	109.930.075	112.921.382	2,72	Custo com pessoal	2.133.953	2.355.717	2.543.007	8,0
Obrigações subordinadas	514.333	2.017.374	2.017.660	0,01	Gastos Gerais Administrativos	1.892.271	1.920.389	2.014.236	4,9
Provisões diversas	5.592.552	5.582.454	5.824.226	4,33	CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	2.862.463	2.891.436	2.899.523	0,3
Outros passivos	5.958.201	6.810.595	12.095.272	77,59	Amortização do exercício	486.658	521.895	533.031	2,1
Capital e reservas	10.007.217	12.141.013	13.333.958	9,83	Provisões líquidas de reposições e anulações	75.387	59.043	13.715	-76,8
Resultados transitados	-1.659.130	-1.897.969	-2.044.276	-7,71	Imp. outros act. fin. Líq. Revers./recuperações	1.186.332	1.122.715	1.284.831	14,4
Resultado do exercício	888.922	932.373	859.054	-7,86	Imp. de outros act. líq. revers./recuperações	-10.101	-22.167	-15.336	-30,8
TOTAL	129.642.519	141.143.110	155.231.413	9,98	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.124.187	1.209.950	1.083.283	-10,47
					Impostos correntes	135.521	176.234	85.797	-51,3
					Impostos diferidos	99.744	101.342	138.432	36,6
					RESULTADO APOÓS IMPOSTOS	888.922	932.373	859.054	-7,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

Capítulo 2. Sector Bancário

2.1 - Competitividade

Em linha com a evolução dos anos anteriores, a concentração da indústria bancária, medida pelo Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)¹, acusou melhorias substanciais, indiciando uma apreciável concorrência entre as instituições.

Os demais indicadores financeiros apontam no mesmo sentido, conforme atesta o quadro seguinte.

Quadro 7 - Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) no mercado de crédito

	Dez-06	Dez-07	Dez-08	Dez-09	Dez-10	Dez-11
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
IHH - Crédito	3.943	3.381	3.257	3.245	3.004	2.942
R1 (*)	0,52	0,47	0,45	0,45	0,43	0,42
R2 (**)	0,86	0,77	0,75	0,75	0,72	0,71

(*) Índice de concentração em relação à maior instituição bancária de CV.

(**) Índice de concentração em relação às 2 maiores instituições bancárias de CV

Fonte: Banco de Cabo Verde

Não obstante a elevada concentração da indústria bancária em Cabo Verde, o IHH em 2011 situou-se a um nível ligeiramente inferior aos valores observados nos anos anteriores, o que sugere maior competitividade/concorrência entre as instituições de crédito.

Assinale-se que a quota de mercado do crédito em relação ao maior banco (R1) e às duas maiores instituições de crédito (R2) indiciou melhorias, passando de 43% para 42%, e de 72% para 71%, respectivamente.

¹ O Índice de *Hirshman e Herfindahl* (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado. Este índice varia de 0 a 10.000 pontos. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.

2.2 - Análise económica e financeira

- O crescimento orgânico é um aspecto importante a registar na globalidade das instituições de crédito cabo-verdianas no final do exercício de 2011. A actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, acusou um crescimento contínuo, tendo o saldo agregado ascendido a 155,2 milhões de contos, o que representou uma taxa de crescimento de 9,98% (mais 1 ponto percentual do que em 2010). A composição da estrutura das aplicações no Activo Líquido não apresenta alterações significativas, continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do activo, com, respectivamente, 58,4% e 17,4%, seguido das Disponibilidades, com 12,7%.
- Não obstante o crescimento da actividade bancária, tanto a rentabilidade quanto a solvabilidade dos bancos deterioraram-se, ainda que de forma pouco acentuada, em relação ao exercício transacto. Os custos operacionais e as perdas por imparidade de valor registadas na carteira de activos dos bancos estiveram na base do comportamento menos favorável dos resultados.
- Os recursos de clientes, sob forma de depósitos, mantiveram-se como a principal fonte de financiamento dos bancos. No período em análise, este agregado ascendeu a 112,9 milhões de contos, um crescimento à volta de 2,8%, representando 72,7% do total dos recursos utilizados, dos quais 54,8% representam Depósitos a Prazo. Esta evolução ficou a dever-se à variação positiva dos Depósitos a Prazo (2,51%). Por sua vez, os depósitos de emigrantes somaram 41,8 milhões de contos, em 2011, ante os 38,4 milhões de contos, em 2010, o que representa uma taxa de variação homóloga de 8,9%.
- A par dos recursos provenientes dos depósitos, em 2011, os bancos re-financiaram-se igualmente no mercado interbancário. Esta procura de liquidez traduziu-se num aumento de 4,6 milhões de contos, num contexto em que a situação global de liquidez no sistema bancário começou a evidenciar alguns riscos.
- O rácio crédito-depósitos atingiu o patamar de 86,03%, representando uma variação positiva de 6.83 pp., face a 2010, tendência que foi já observada nos anos anteriores.
- O resultado líquido do exercício foi de 859 mil contos em 2011, que compara com os 932 mil contos relevados no período homólogo de 2010. Esta queda de 73 mil contos (7,9%) deveu-se fundamentalmente à degradação dos valores da carteira de crédito, evidenciada pelos aumentos das imparidades a ela associadas (14,4%).
- Este comportamento da imparidade (líquida de recuperações) foi condicionado pelos efeitos da actual conjuntura económica nacional, com particular impacto nas maiores dotações do exercício, tendo em vista o

reforço da cobertura da carteira de crédito com sinais de imparidade. O custo do risco elevou-se a 1.288 mil contos, evidenciando um crescimento, em base comparável, de 162,1 mil contos face ao período homólogo de 2010.

- O Produto Bancário cresceu 4,04%, reflexo da evolução favorável da margem financeira (4,93%) e do impacto positivo da evolução das comissões líquidas (9,2%).
- Os principais indicadores de rentabilidade do sistema bancário acusaram, em 2011, valores relativamente inferiores aos registados em 2010, o que sugere um desempenho menos favorável na gestão de recursos financeiros que são disponibilizados pelos depositantes e credores do sistema. Assim, a rentabilidade do Activo (ROA – *Return on Assets*) fixou-se em 0,6% (face a 0,7% no período homólogo) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – *Return on Equity*) registou o valor de 7,3% (face a 9,1% no período homólogo).
- Com o efeito negativo resultante do aumento significativo dos custos com o pessoal, o rácio “cost to income”, que mede a eficiência bancária, registou uma ligeira deterioração de 1,76 pp. face a idêntico período do ano anterior, situando-se em cerca de 68,7%.

2.3 - Riscos da actividade bancária

2.3.1 - Adequação de fundos próprios

Os fundos próprios dos bancos situaram-se em 12,9 mil milhões de escudos em 2011, tendo registado uma ligeira redução na ordem de 2,1% relativamente a 2010. O rácio de solvabilidade fixou-se em 13,9 e o rácio TIER I / Activo ponderado em 13,4%.

Quadro 8 - Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade

Milhares de escudos	Dez-10	Dez-11	Var. (%)/(pp)
	Valor	Valor	
Tier I	12.150.913.231	12.366.023.846	1,77
Tier II	1.395.114.000	1.473.606.552	5,63
Fundos Próprios Elegíveis	13.204.316.231	12.924.762.338	-2,12
Total Activo Ponderado	84.632.781.241	92.505.528.741	9,30
Solvabilidade	15,60%	13,97%	-1,63
Tier I / Activo Ponderado	14,36%	13,37%	-0,99

Fonte: Banco de Cabo Verde

À redução, embora ligeira, dos Fundos Próprios, contrapôs-se um aumento dos activos de risco em 9,3%, o que induziu à queda do rácio de solvabilidade em 1,6 pontos percentuais.

Apesar da ligeira redução, o rácio de solvabilidade do sistema situa-se 3,97 pontos percentuais acima do mínimo regulamentar, que é de 10%.

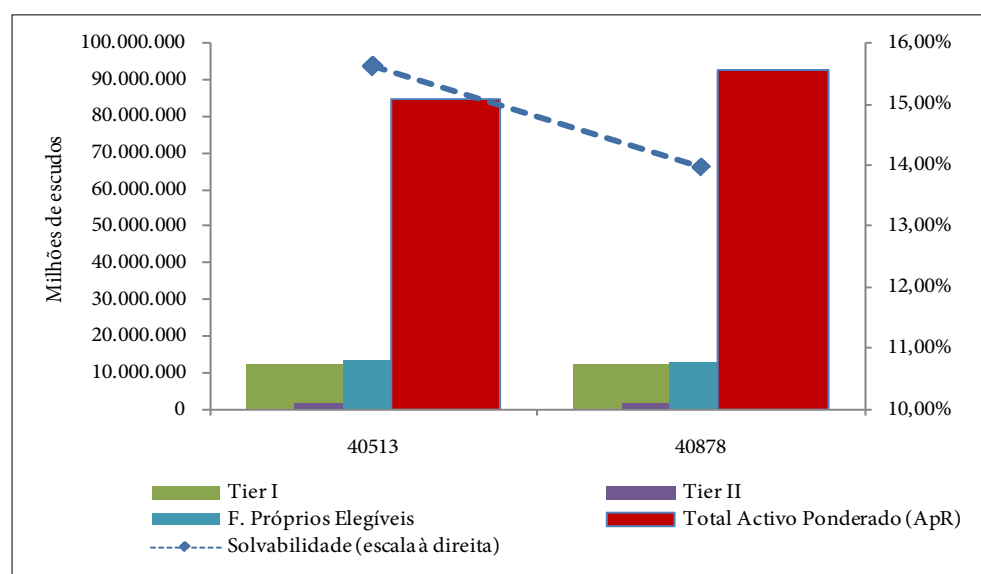
Quadro 9 - Vectores de risco

Milhares de escudos	Dez-10	% dos ApR	Dez-11	% dos ApR
	Valor		Valor	
Activos ponderados pelo risco de Crédito - VAPRC	74.140.062.758	87,60	77.288.369.263	83,55
Activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio - VAPRTC	231.143.307	0,27	388.523.221	0,42
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	10.262.017.893	12,13	14.828.636.257	16,03
Total Activo Ponderado (ApR)	84.632.781.241	-	92.505.528.741	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

O risco de crédito constitui o risco principal do sistema, respondendo por quase 85% de todos os riscos.

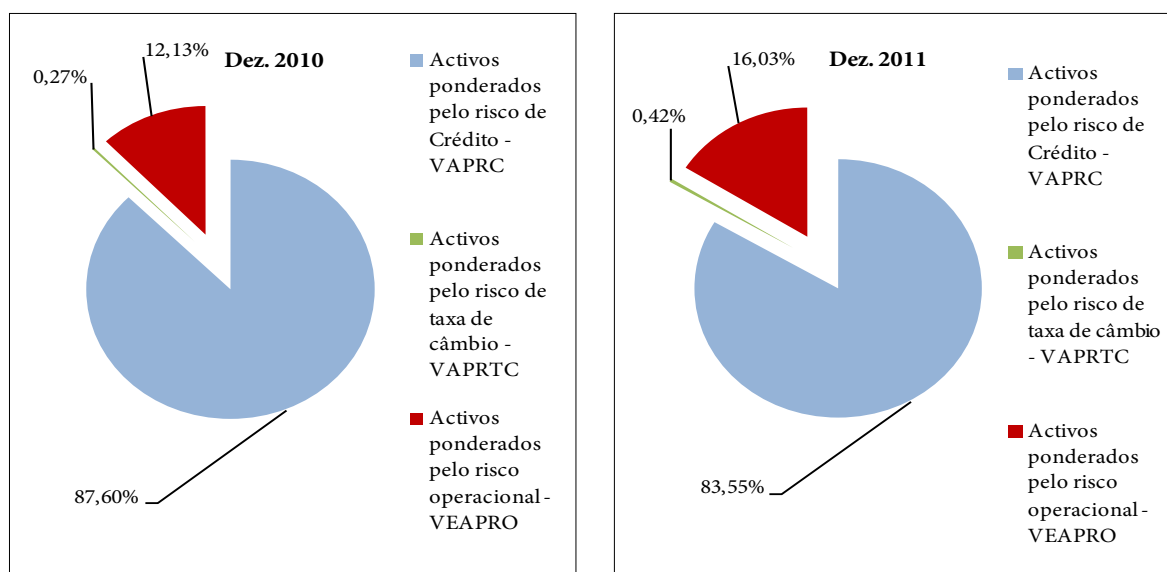
Gráfico 1 - Evolução do TIER I, TIER II e FP



Fonte: Banco de Cabo Verde

O rácio TIER I/ Activo ponderado fixou-se em 13,37% e o de Solvabilidade em 13,97%.

Gráfico 2 - Variação dos activos ponderados pelo Risco



Fonte: Banco de Cabo Verde

Em 2011 os activos ponderados pelo risco cresceram 9,3% face ao período homólogo, sensivelmente ao mesmo ritmo de crescimento dos activos, e representavam 83,55% do total dos activos ponderados, situando-se aproximadamente no mesmo patamar do ano anterior.

2.3.2 - Risco de Crédito

O crescimento da actividade bancária, medido pela expansão do crédito à economia, foi acompanhado, em 2011, por uma evolução desfavorável da qualidade da carteira de crédito. O nível de incumprimento global, medido pelo indicador da qualidade da carteira², registou um agravamento na ordem de 2,69 p.p.

Quadro 10 – Qualidade da carteira de crédito (Circular nº150 de 28/12/2009)

	Dez-10 Valor	Dez-11 Valor	Var. (%)/(pp)
Crédito e juros vencidos (em CVE)	3.678.401.674	6.718.635.608	82,65
Rácios			
Crédito e juros vencidos / crédito total (CT)	4,22%	6,92%	2,69
Crédito e juros venc. há + de 90 dias até 180 dias / CT	0,45%	0,63%	0,18
Créd. e juros venc. há + de 180 dias mas não > a 1 ano/CT	1,17%	3,06%	1,89
Créd. e juros venc. há + de 1 ano mas não > a 3 anos/CT	1,96%	2,26%	0,31
Crédito e juros vencidos há + de 3 anos /CT	0,65%	0,97%	0,31
Crédito vencido líquido /CT	-1,93%	0,25%	2,18
Provisões(a) / Crédito Vencido	145,66%	96,33%	-49,33

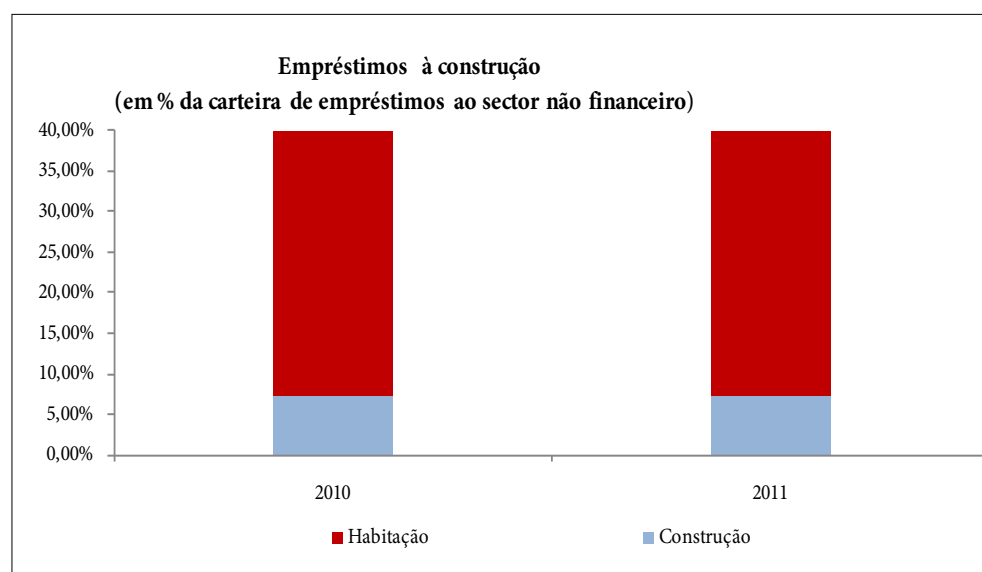
Fonte: Banco de Cabo Verde (a) - não inclui as provisões para riscos gerais de crédito.

² A Circular nº 150 de 28/12/2009 estabelece a base de cálculo do indicador

O rácio Provisões/Crédito situou-se em 96,33%, que compara com o nível de 145,66% de 2010, o que representa uma redução significativa de constituição de provisões, face ao ano anterior.

Em termos estruturais continua a observar-se uma elevada concentração da carteira de empréstimos nos sectores da construção (41,57%), representando os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação 34,27% e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção e das actividades imobiliárias, cerca de 7,30% do total.

Gráfico 3 - Exposição da banca ao sector da construção



Fonte: Banco de Cabo Verde

A concentração do crédito às sociedades não financeiras manifesta-se em exposições de montantes elevados, em níveis superiores a 10% dos Fundos Próprios – nível considerado de grande risco - face a um número limitado de contrapartes. Constatou-se que cerca de 33% das instituições encontravam-se, em Dezembro de 2011, com exposições acima da média nacional. Adicionalmente, verifica-se um elevado grau de exposição da banca perante vários devedores simultaneamente, muitas vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para aumentar o risco de contágio e de concentração global do sistema. Assim, verificou-se em finais de 2011 que 67% das instituições bancárias possuíam exposições face ao sector imobiliário superior à exposição média do sector. Entretanto, observou-se que metade das instituições exibia um nível de cobertura dos grandes riscos pelos Fundos Próprios acima da média do sector. Não obstante a avaliação positiva da cobertura, o risco de concentração continua a representar um grande risco, capaz de comprometer a estabilidade e solvabilidade das instituições.

2.3.3 - Risco de mercado

2.3.3.1 - Risco de taxa de juro

As taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se em 2011 relativamente estáveis. A volatilidade dos juros de crédito e depósitos, medida pelo desvio padrão, situou-se a um nível inferior a 2%, em todos os prazos de maturidade. A taxa média de colocação dos TIM fixou-se abaixo dos 5%. As taxas de colocação dos TRM mantiveram-se igualmente estáveis durante todo o ano. Nos títulos de dívida pública (BT's) verificou-se que as taxas de colocação, para os diferentes prazos, situaram-se em torno dos 4%.

Se se considerar um choque de taxa de juro, na ordem de 200 pb, para todos os prazos de maturidade dos activos e passivos sensíveis à taxa de juro³, os resultados indicam um impacto positivo resultante de uma eventual subida das taxas de juro, tanto ao nível da situação líquida como em termos da margem de juros, e mostram que as instituições bancárias se afiguram bem posicionadas para enfrentar um eventual risco de taxa de juro, ao nível considerado. Conclui-se que é baixa a exposição global do sistema bancário nacional ao risco de taxa de juro na carteira bancária dada a reduzida exposição bruta.

³ A simulação do choque está regulada pelo Aviso nº 4/2011 e respectiva Instrução Técnica - Anexa à Circular "A" nº 164 de 16/12/2011.

Caixa 2.1

O risco de taxa de juro na carteira dos bancos em Cabo Verde Avaliação do impacto sobre a margem de juros e a situação líquida

1. Risco de taxa de juro – conceito e contextualização prudencial

A carteira bancária está exposta às flutuações nas taxas de juro de mercado, ocorrendo, em consequência, alterações no valor dos fluxos associados, com impacto directo sobre a margem financeira, bem como no seu valor de mercado, caso fossem transaccionadas ou liquidadas no momento da sua valorização.

Por carteira bancária entende-se a maior parte dos activos e das responsabilidades dos bancos, cujo grau de permanência no balanço é elevado, donde se destacam os empréstimos e os depósitos. As posições da carteira estão, pois, sujeitas ao risco de taxa de juro, ou seja, a uma subcategoria de riscos de mercado.

A medição do risco faz-se com recurso à técnica da duração, procurando-se avaliar o impacto de alterações nas taxas de juro sobre a margem financeira e a situação líquida dos bancos. O impacto sobre a margem de juros, para além de evidente, é directo. Alterações nas taxas de juro conduzem a oscilações assimétricas nos fluxos de juro a receber e a pagar e, por consequência, têm impacto sobre a margem financeira dos bancos. Do ponto de vista operacional, este impacto é designado por perspectiva do rendimento, e consiste na simulação das alterações nos fluxos de juros num horizonte de curto prazo, tipicamente inferior a um ano, tendo em conta os prazos de maturidade / revisão das taxas de juro nesse horizonte.

A medição do impacto sobre a situação líquida permite o registo contabilístico de ganhos ou perdas potenciais, em caso eventual de necessidade de cedência de parte dos activos para realização de liquidez ou de liquidação antecipada das responsabilidades, ao seu preço de mercado. Note-se que não existe um mercado secundário líquido para os instrumentos da carteira bancária, que são detidos até à maturidade e, portanto, não possuem carácter especulativo e não se encontram, portanto, avaliados ao preço de mercado. Este impacto, normalmente designado por perspectiva do valor económico, consiste na simulação das alterações na situação líquida, no pressuposto que todos os activos e passivos equiparáveis a dívida, são avaliados a preços de mercado.

Exige-se dos bancos, através do mencionado Aviso e respectiva Instrução Técnica, um reporte estandardizado para avaliação do impacto da variação da taxa de juro em 200 pontos base, quer sobre a situação líquida, quer sobre a margem financeira. As exposições reportadas devem ser comparadas quer com a margem financeira quer com os fundos próprios de cada instituição, de forma a avaliar a sua relevância. O reporte de informação deverá permitir ao Banco de Cabo Verde não só a monitorização das exposições ao risco de taxa de juro na carteira bancária como a eventual aplicação de medidas correctivas, tendo em conta os riscos de taxa de juro assumidos ou a especificidade das instituições ou grupos financeiros.

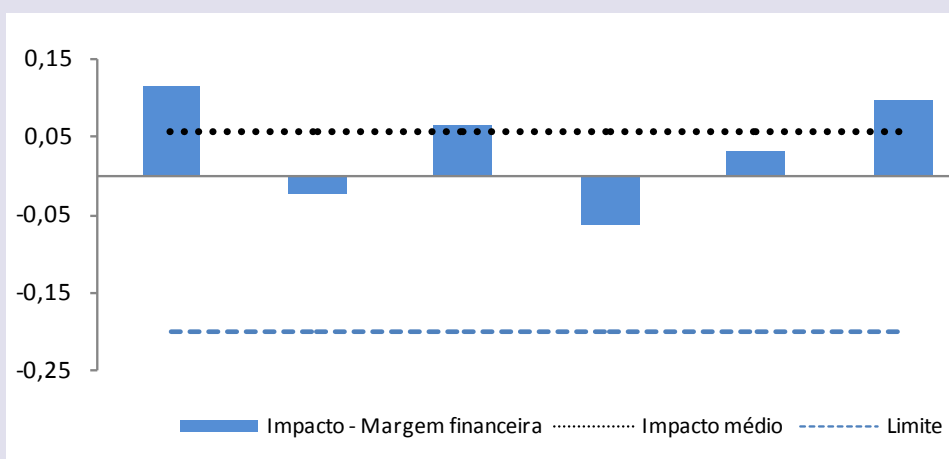
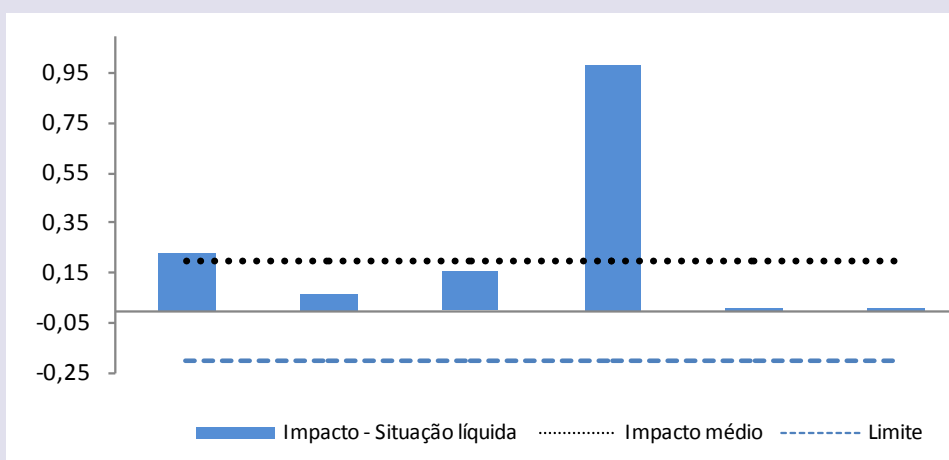
2. Nível de exposição das instituições bancárias ao risco de taxa de juro a 31/12/2011

A avaliação quantitativa da importância do risco de taxa de juro na carteira bancária assenta sobre os dados de um conjunto de 6 instituições bancárias nacio-

nais⁴, recolhidos ao abrigo do Aviso nº 4/2011 e respectiva Instrução Técnica - Anexa à Circular "A" nº 164 de 16/12/2011.

Supondo uma subida das taxas de juro de 200 p.b., os resultados apontam, regra geral, para um reduzido nível de exposição global, avaliado tanto em termos do impacto sobre os fundos próprios (aumento em média na ordem de 20,11%) como em termos do impacto sobre a margem de juros (aumento médio de 5,53%).

Os impactos sobre a situação líquida e a margem de juros variam conforme as instituições consideradas (ver gráficos a seguir apresentados). A dispersão reflecte diferenças na estrutura do balanço, mas também resulta de hipóteses utilizadas pelas instituições na afectação dos instrumentos nas bandas temporais, sobretudo no caso de maturidades não fixadas contratualmente (casos dos depósitos a prazo).



Fonte: Banco de Cabo Verde

Apesar da relativa dispersão, pode concluir-se que, para o conjunto das instituições consideradas e para a sua quase generalidade, o impacto de uma subida das taxas de juro deverá ser positivo do ponto de vista do risco de taxa de juro, tanto ao nível da situação líquida como em termos da margem de juros. Mesmo para as instituições cujo impacto sobre a margem financeira se revela negativo, o nível situa-se aquém dos 20%, patamar considerado crítico. As instituições cabo-verdianas parecem, assim, estar bem posicionadas para enfrentar o risco de taxa de juro, ao nível considerado.

⁴Do cálculo foi apenas excluído o Novo Banco de Cabo Verde.

O impacto positivo sobre a margem de juro associado é explicado por um excesso tendencial das posições activas sobre as posições passivas no horizonte de revisão de taxas de juro até um ano. Estes resultados deverão reflectir, em grande medida, o peso do crédito no total do activo bancário.

Dos resultados obtidos conclui-se que é baixa a exposição global do sistema bancário nacional ao risco de taxa de juro na carteira bancária, em consequência, essencialmente, da reduzida exposição bruta. Deve-se, todavia, analisar com alguma cautela estes mesmos resultados, uma vez que são sensíveis às especificidades de cada instituição e às hipóteses por elas consideradas.

O Aviso sobre o risco de taxa de juro preconiza um conjunto de medidas a serem implementadas pelas instituições supervisionadas, caso o valor económico do seu balanço e a margem financeira sofram uma redução correspondente a mais de 20% dos respectivos fundos próprios, na sequência de uma alteração súbita e inesperada das taxas de juro. Em Dezembro de 2011, nenhuma das instituições analisadas encontrava-se nesta situação.

2.3.3.2 - Risco de taxa de câmbio

A composição cambial dos bancos apresenta um risco de exposição cambial relativamente baixo. O total dos activos ponderados pelo risco de taxa de câmbio (VAPRT) representava, em Dezembro de 2011, um valor inferior a 1% do total dos activos ponderados pelos riscos, nível de risco considerado baixo, exigindo, consequentemente, requisitos mínimos de Fundos Próprios.

Dada a paridade entre a moeda nacional e o euro, o risco de perdas associadas a oscilações na taxa de câmbio fica, consequentemente, dependente da estabilidade de outras moedas, designadamente do dólar, relativamente à moeda única europeia.

O dólar norte-americano apresentou-se, face à moeda nacional, relativamente estável ao longo do ano, oscilando entre um valor mínimo de 77 ECV e um máximo de 90 ECV. Face à libra esterlina o escudo cabo-verdiano manteve-se igualmente estável.

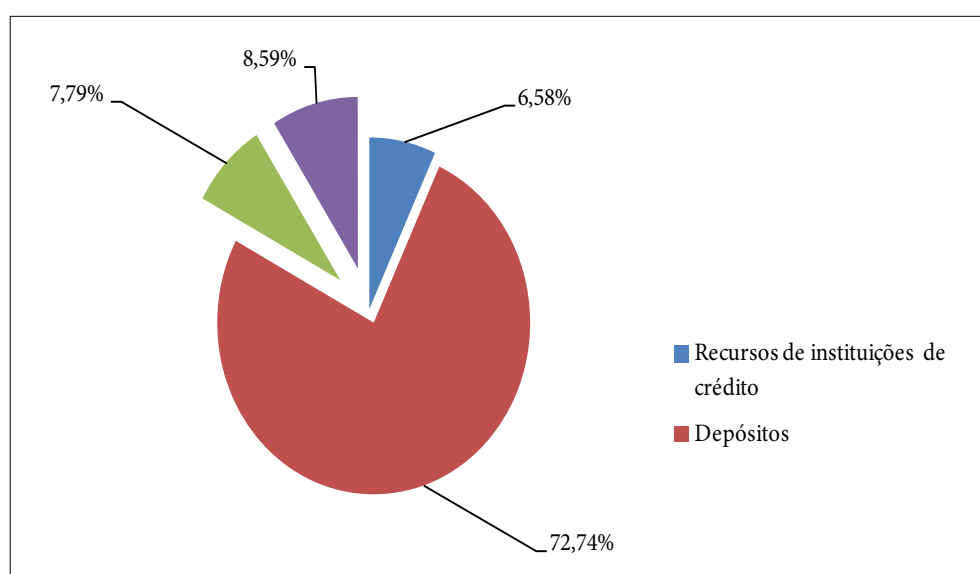
No entanto, pode-se considerar uma eventualidade de perdas associadas ao risco cambial de uma hipotética desvalorização da moeda nacional. Este risco é tanto maior quanto maior forem as responsabilidades em moeda estrangeira, em relação às disponibilidades existentes. Isto é, quanto maior o *gap*, maior a exposição do balanço e maior o risco. As disponibilidades totais dos bancos em moeda estrangeira atingiram o montante de 9,1 milhões de contos, em Dezembro de 2011, contra um total de responsabilidades na ordem de 14,5 milhões de contos. A composição cambial apresentava deste modo um *gap* no valor de 5,4 milhões de contos. Considerando o risco de perda, em caso de desvalorização cambial da moeda nacional, em 30%, a perda resultante situar-se-ia em 1,6 milhões de contos, o que representa, contudo, 12,4% dos Fundos Próprios dos bancos. Assim sendo, o risco cambial afigura-se baixo.

2.3.4 - Risco de liquidez

2.3.4.1 - Fontes de financiamento

Os recursos de clientes constituem a principal fonte de financiamento dos bancos em Cabo Verde, para além de representarem uma fonte estável. O seu crescimento, em Dezembro de 2011, foi na ordem de 2,7%. Não obstante a evolução modesta dos depósitos de clientes, o contínuo financiamento da banca junto da base de clientes, com destaque para os particulares, constitui uma característica que reflecte a posição estrutural de liquidez dos bancos em Cabo Verde.

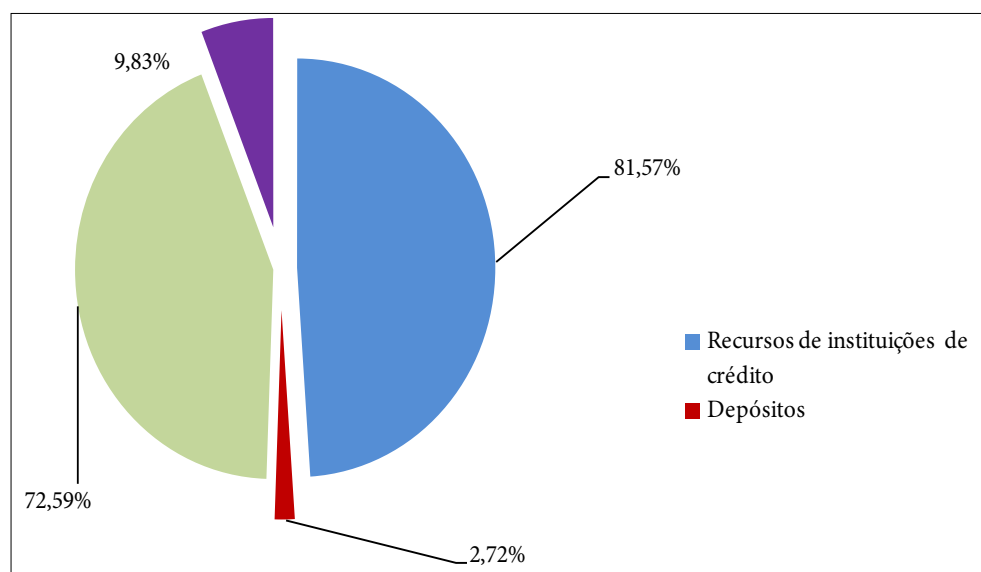
Gráfico 4 - Principais fontes de financiamento do sistema bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os recursos de instituições de crédito, bem como os outros depósitos perfazem juntos quase 80% do total de recursos para financiamento das suas operações. As variações dos recursos provenientes de outras instituições e dos outros passivos, bem como dos resultados transitados e de capital, constituíram os mais importantes fluxos para o aumento da capacidade de financiamento dos bancos em 2011.

Gráfico 5 - Contributos dos fluxos de financiamento para a variação do crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde

2.3.4.2 - Indicadores de Liquidez

A evolução moderada na captação de depósitos, bastante inferior à expansão da carteira de crédito, na ordem de 12%, reflectiu-se negativamente no rácio de transformação dos depósitos em crédito. Com efeito, o índice continua em ascensão, elevando-se de 72,21%, em Dezembro de 2010, para 86,04%, em Dezembro de 2011. A elevação contínua do rácio para níveis próximos de 100% indicia aumento do risco de liquidez.

O rácio global do sistema, embora ainda inferior ao limite dos 100%, poderá representar um potencial risco de liquidez, num futuro próximo, para financiamento das operações de crédito, caso continue a registar-se o seu crescimento contínuo ao ritmo do observado nos últimos anos.

Quadro 11 - Indicadores de Liquidez

	Dez-10	Dez-11	Var. pp
Activo Líquido/Activo Total	12,50%	13,23%	0,73
Activo Líquido/Passivo de Curto Prazo	37,42%	43,26%	5,84
Índice de Transformação Depósitos em Crédito = Crédito concedido / Depósitos totais	79,21%	86,04%	6,83

Fonte: BCV

O rácio Activos Líquidos/Total do Activo⁵ fixou-se em 2011 em 13,23%, contra os 12,50% em 2010, indiciando alguma melhoria do nível de liquidez geral, face ao ano anterior. O nível observado revela-se, contudo, modesto, se

⁵ A medida utilizada baseia-se na metodologia proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o indicador de solidez financeira (FSI) - *liquid assets to total assets*.

comparado com os países cujos índices de liquidez chegam a atingir 50% do total dos activos.

O rácio Activos Líquidos/Exigível a curto prazo experimentou igualmente uma evolução positiva, passando de 37,42%, em 2010, para 42,26%, em 2011, indiciando uma reestruturação da composição de activos, de forma a privilegiar activos ainda mais líquidos, disponíveis para cumprimento das obrigações contratuais imediatas.

Uma característica positiva de reforço da posição de liquidez dos bancos em Cabo Verde é a qualidade da sua carteira de títulos, composta em mais de 50% por títulos de dívida pública aceites pelo Banco Central nas operações de financiamento e nas operações do mercado secundário.

2.3.4.3 - *Missmatches* por prazos e *gaps* de liquidez

Os indicadores tradicionais de liquidez, apesar de indicarem uma evolução positiva global, não permitem ter em conta as maturidades residuais dos diversos activos e passivos. A avaliação detalhada da situação de liquidez implica deste modo a análise de *gaps* de liquidez por prazos. Com a entrada em vigor, em Dezembro de 2011, do Anexo à Circular Série A, nº 161 de 2001.07.14, relativo ao risco de liquidez, os bancos passaram a reportar as suas posições activas e passivas, donde se avaliam os *missmatches* bem como os *gaps* de liquidez, por prazos residuais de maturidade.

Quadro 12 – *Missmatches* por prazos e *gaps* de Liquidez

	À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 1 ano
Contos					
<i>Missmatch</i> es por prazos	141.166.141	-437.299.632	-176.480.622	-227.143.377	-156.656.468
<i>Missmatch</i> es acumulados	140.521.038	-296.778.594	-473.057.964	-700.394.313	-856.886.790
Activos líquidos	241.054.648	240.854.386	242.467.755	242.470.593	242.556.290
Passivos voláteis	94.554.144	336.136.882	339.641.584	348.032.660	355.821.319
Activos líquidos - passivos voláteis	146.500.505	-95.282.496	-97.173.830	-105.562.068	-113.265.030
<i>Gap</i> de Liquidez (%)	350%	-1%	-14%	-27%	-12%

Fonte: Banco de Cabo Verde

A análise de liquidez, em base agregada, enuncia uma situação de elevada cobertura no prazo mais curto, de até 1 semana, e sucessivos e crescentes *gaps*, nos prazos mais longos. Por instituições, observa-se uma grande disparidade, observando-se instituições com *gaps* muito acentuados em todos os prazos de maturidade e um elevado volume do *missmatch* acumulado.

Os *gaps* negativos derivam de um elevado volume de passivos voláteis, bastante superior aos activos líquidos, o que evidencia situação desconfortável da liquidez do sistema quanto à exposição ao risco de liquidez. Nesta situação, as

instituições serão forçadas a recorrer a outros tipos de activos para saldar as suas responsabilidades, com custos acrescidos. O actual quadro de liquidez do sistema bancário deixa anteciper um risco de liquidez moderado para o sistema, mas potencialmente elevado para algumas instituições, em particular.

2.3.5 - Risco operacional

O peso dos activos ponderados pelo risco operacional no total dos activos ponderados pelo risco aumentou em 3,9 p.p. face a 2010, o que significa uma maior exposição das instituições bancárias ao risco operacional.

Quadro 13 - Risco operacional em função do risco total

	Dez-10	Dez-11	Varição
	Valor	Valor	p.p.
Activos ponderados pelo risco operacional - VEAPRO	0,27%	0,42%	3,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

O indicador de risco operacional calcula-se com base na média do produto bancário dos últimos 3 anos, se positivo⁶. Apesar das suas limitações, o indicador de risco operacional indicia que o aumento do volume de negócios acarreta maior risco ligado aos factores humanos, tecnológicos e outros. Descara, no entanto, os mecanismos e processos de controlo interno implementados.

A avaliação mais detalhada do risco operacional passa pela análise dos mecanismos eficientes de controlo interno, nomeadamente o mapeamento rigoroso de todas as actividades e fontes de risco operacional e a quantificação de perdas potenciais, bem como a agregação estatística de todos os casos ocorridos de erros, fraudes, falhas nos sistemas, etc., e a devida contabilização de perdas decorrentes desses mesmos incidentes. As avaliações mais recentes, ainda que não de forma exaustiva, permitem verificar uma maior preocupação das instituições na implementação de sistemas de controlo mais eficientes tendentes a mitigar/reduzir o risco operacional.

2.4 - Resultados dos testes de *stress*

Foram realizados testes de stress com base nos dados de Dezembro de 2011, relativos aos quatro maiores bancos do sistema, representativos de mais de 90% do total do activo do sistema bancário nacional, para avaliar as vulnerabilidades das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito e de taxa de câmbio, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital. Foram utilizados, contrariamente aos testes anteriormente realizados, dados relativos ao crédito por sectores económicos, reportados de acordo com a classificação por actividades económicas definida pelo Instituto Nacional de Estatística.

⁶ Representa 15% da média do Produto Bancário dos últimos 3 anos, se positivo.

Quadro 14 - Resultados dos testes de *stress*

Rácio de adequação de capital (%) - Cenário-base	13,9	
Capital regulatório antes do choque (milhões de escudos)	12.888,00	
Activos ponderados pelo risco antes do choque (milhões de escudos)	92.841,00	
Crédito total (milhões de escudos)	97.162,00	
Crédito vencido (milhões de escudos)	6.614,00	
Adequação de capital após choques	Nível	Var. p.p.
A - Risco de crédito		
Choques sectoriais		
Construção (NPL de 25%, Recuperação de 70%)	9,8	-4,1
Habitação (NPL de 25%)	9,8	-4,1
Consumo (NPL de 25%)	6,8	-7,1
Comércio (NPL de 25%)	10,1	-3,8
Construção (NPL de 25%) + Turismo (NPL de 20%)	7,6	-6,3
Risco de concentração		
Falência do maior devedor	10,6	-3,3
Falência dos 2 maiores devedores	8,8	-5,1
Falência dos 3 maiores devedores	7,5	-6,4

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os resultados dos choques evidenciam que os bancos se mostram bastante vulneráveis à materialização dos riscos de crédito, sobretudo nos sectores da Construção, Habitação e Consumo.

Adicionalmente, as instituições expõem-se em montantes elevados em relação aos principais devedores. Em caso de insolvência dos 3 maiores devedores, o rácio de solvabilidade dos bancos do sistema, na sua maioria, se situaria em níveis inferiores ao regulamentar, requerendo necessariamente a sua imediata capitalização. O risco de concentração apresenta-se como um dos riscos maiores do sistema bancário.

Os riscos de mercado considerados foram os de taxa de juro sobre a carteira bancária e os de taxa de câmbio sobre a exposição cambial do balanço dos bancos.

Considerando os activos e passivos sensíveis à taxa de juro, pelo prazo de 1 ano, as instituições mostram-se particularmente resilientes a um hipotético aumento da taxa de juro, em todos os prazos de maturidades, ao nível de 200 pontos base. A materialização do risco resultaria, regra geral, num impacto positivo sobre a margem financeira, bem como sobre o património líquido.

Um choque cambial, considerando uma desvalorização da moeda nacional em 30%, resultaria em perdas pouco significativas, dada a magnitude do *gap* entre passivos e activos em moeda estrangeira.

Os resultados dos testes de *stress* confirmam a elevada vulnerabilidade do

sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito e a pouca expressividade da exposição dos balanços aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio.

Capítulo 3. Sector Financeiro Segurador

Em 2011, a actividade seguradora aumentou o seu peso relativo na actividade económica para 1,7%, com a produção de seguro directo a crescer 4,6% em termos globais para um montante de 2.258 milhões de escudos.

O valor do prémio per capita estimado para 2011 foi de 54,0 dólares, o que representa um aumento de 1,4 dólares, em relação ao ano anterior.

Quadro 15 – Taxa de penetração e densidade do seguro

	2009	2010	2011
Taxa de penetração do seguro na Economia (1)	1,5%	1,6%	1,7%
Prémios de Seguro Directo per capita em USD (2)	50,7	52,6	54,0

(1) Cálculos efetuados com base nas estimativas do PIB do BCV.

(2) Cálculos efetuados com base nas previsões do INE de crescimento da população.

Fonte: Banco de Cabo Verde

O resultado líquido do exercício atingiu 262,4 milhões de escudos, valor superior ao registado no ano anterior.

Em termos prudenciais, verifica-se que as provisões técnicas passaram de 1.687,7 milhões de escudos, no ano de 2010, para 1.807,5, em 2011. De destacar, o peso da provisão para sinistro no total das provisões técnicas que, no período em análise, atingiu 78,4%.

Os activos passíveis de representação das provisões técnicas superaram as responsabilidades assumidas em 995,7 milhões de escudos, o que correspondeu a uma taxa de cobertura de 155%.

Em 2011, os capitais próprios elegíveis asseguraram a cobertura da margem de solvência em 298%, valor superior ao registado no ano anterior em 28 pontos percentuais.

Capítulo 4. Mercado de Valores Mobiliários

Em 2011, as operações na Bolsa de Valores registaram um volume inferior de emissões em relação a todos os anos anteriores. Todas as emissões foram referentes a títulos de Dívida Pública, designadamente Bilhetes do Tesouro, no montante de 2.350 mil contos, e Obrigações do Tesouro, no valor de 610 mil contos, e tiveram lugar no último trimestre do ano. Estas emissões foram as primeiras a serem realizadas na Bolsa, relativamente a Títulos de Dívida Pública.

Quadro 16 – Capitalização bolsista

Ano	CB (milhões de contos)	Dividend yield	Variação da CB	CB / PIB
2006	6,5	5%	-	7%
2007	18,9	6%	190,8%	18%
2008	18,2	8%	-3,7%	16%
2009	20,7	nd	13,7%	20%
2010	24,8	nd	20,0%	20%
2011	22,6	nd	-9,0%	17%

CB - Capitalização bolsista; PIB - Produto Interno Bruto

Fonte: BVC – cálculos do BVC

Foram pagos juros, em 2011, dividendos e cupões, num total de 1.450 mil contos.

A capitalização bolsista atingiu o valor de 22,6 milhões de contos e repartiu-se do seguinte modo:

Quadro 17 – Capitalização bolsista por segmentos - 2011

	%
Segmento accionista	36,85%
Segmento Obrigações de Empresas	60,39%
Segmento Obrigações do Tesouro	2,76%

Fonte: BVC

No mercado secundário, o volume de transacções rondou o montante de 738 mil contos, representando um abrandamento na sua evolução, face ao

ano anterior. A dinamização deste segmento continua a constituir o principal desafio para o mercado de valores mobiliários nacional.

A acção da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM), enquanto supervisora do Mercado de Valores Mobiliários, concentrou-se, em 2011, sobretudo na introdução de mecanismos de acompanhamento do mercado, com base no regulamento dos deveres de informação por parte dos emittentes e na avaliação dos riscos emergentes do próprio mercado.

Em parceria com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, a AGMVM trabalhou durante o ano no sentido de criação de condições para o reforço da capacidade institucional do mercado de capitais em Cabo Verde, como fonte alternativa de financiamento e de investimento em Cabo Verde.

Capítulo 5. Infra-estruturas e regulação do sistema financeiro

5.1 - Sistema de pagamentos

O Sistema de Pagamentos cabo-verdiano continuou a assegurar o fluxo normal de liquidações de operações, contribuindo deste modo activamente para a dinâmica e estabilidade do sistema financeiro nacional.

Em 2011 manteve-se a mesma tendência de evolução de crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização de instrumentos electrónicos, particularmente os cartões de pagamento que, no total das transacções, representam 71,4% das transacções efectuadas com instrumentos de pagamento em uso no território nacional. Com efeito, esta evolução reflecte-se na curva descendente do rácio “preferência pela moeda do banco central”, que reforça a análise de preferência dos cabo-verdianos pelo uso dos instrumentos electrónicos.

O movimento global do sistema de liquidação (Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL) registou um crescimento do total de operações processadas, quer em quantidade quer em valor, situando-se em 5.951.232 operações, no valor de 935.036,5 milhões de escudos. Em linha com o que se vem observando ao longo dos anos, a liquidação por compensação contribui com cerca de 99,9% do total das operações liquidadas e 19,6 % do total do valor processado, enquanto a liquidação por bruto representa 0,1% da quantidade total das operações e uma participação em valor na ordem dos 80,4%.

O sistema de liquidação por compensação, SICIL - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação, registou um crescimento em maior dimensão, de 33,1% em quantidade e 2,3% em valor, com reflexo na média diária de operações processadas, que passou de 12.797 operações/dia, no valor de 694,2 milhões de escudos, em 2010, para 16.874 (+31,9%) operações/dia, no valor de 702,8 milhões de escudos (+1,2%) em 2011.

No que diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Banco de Cabo Verde na esfera de sistemas de pagamentos, prosseguiu-se com a consolidação de projectos em curso, tendo as acções desenvolvidas em 2011 estado focalizadas sobre:

- Preparação do sistema bancário para a entrada em funcionamento do Sistema de Transferência Electrónica de Fundos a Crédito, processo este que abarcou a validação dos testes operacionais e de infra-estruturas, feita em estreita colaboração com os participantes do sistema e a entidade processadora, a SISP;

- Execução (continuação) de testes no âmbito do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Reservas e suas interfaces com os sistemas de liquidação em moeda nacional e moeda estrangeira;
- Realização de acções de inspecção às instituições de crédito, com o objectivo de avaliar o cumprimento das normas legais relativas ao processo de restrição ao uso do cheque e de verificar o cumprimento do regime jurídico relativo à movimentação de fundos entre contas de depósito à ordem;
- Preparação de um quadro de princípios orientadores que visa a implementação efectiva da função superintendência face aos princípios internacionais definidos, com enfoque na segurança e interacção entre os vários sistemas e consequente prevenção do risco sistémico;
- Formulação de um plano de trabalho em estreita colaboração com os parceiros do Banco de Cabo Verde no domínio do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação, tendo em vista o seu desenvolvimento cabal.

Ainda no âmbito das actividades desenvolvidas em 2011, destaca-se a publicação do Aviso nº 2/2011, que estabelece as condições gerais de abertura e movimentação de contas de depósito bancário nas instituições de crédito legalmente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde e a actualização do regulamento do SICIL, por força da entrada em funcionamento do Sistema de Transferência Electrónica de Fundos a Crédito.

No que concerne aos restantes “stakeholders” do sistema – os Bancos, o Tesouro e a SISP - as actividades continuaram a incidir principalmente sobre a consolidação das infraestruturas e a melhoria dos serviços já existentes e uma maior abrangência em termos de cobertura territorial da oferta de serviços e produtos, através do surgimento de novas instituições de crédito e, consequentemente, do alargamento da rede de agências; uma aposta continuada no desenvolvimento da banca virtual e de novos canais electrónicos e expansão/reforço da rede de ATM e POS a outras zonas e concelhos do país.

5.2 - Regulação do sistema financeiro

Em 2011 assistiu-se a iniciativas de regulamentação, com vista ao reforço do sistema financeiro cabo-verdiano.

No âmbito da área bancária, foram publicados:

- 1) A Portaria nº 2/2011 de 17/01, que autoriza a fusão por incorporação da ECV - Serviços Financeiros Agência de Câmbios, S.A. e Ecobank Cabo Verde, (IFI) Sociedade Unipessoal, S.A. na Ecobank Cabo Verde, S.A;
- 2) Aviso nº 1/2011 de 07/03, que autoriza a Constituição de uma Sociedade de Gestão Financeira denominada NOVAGEST, S.A.- B.O. I Série nº10, de 07/03/2011;
- 3) Aviso nº 2/2011 de 17/08, que estabelece as Condições Gerais de Abertura de Contas de Depósito Bancário nas Instituições de Crédito Legalmente Autorizadas a Exercer a sua Actividade em Cabo Verde;

- 4) Lei nº 4/VIII/2011 de 29/08/2011, que altera a Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, sobre o Sistema Bancário e a Estrutura de Crédito;
- 5) Aviso nº 4/2011 de 26/10/2011, que regula o Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária;
- 6) Aviso nº 5/2011 de 26/10/2011, que regula o Risco Cambial;
- 7) Instrução Técnica nº 161 de 14/07/2011, que regula o Risco de Liquidez;
- 8) Instrução Técnica nº 162 de 07/11/2011, que regula a cobrança de taxas/despesas de expediente;
- 9) Instrução Técnica nº 163 de 23/11/2011, que regula e normaliza a utilização de cheques;
- 10) Instrução Técnica nº 161 de 16/12/2011, que regula o risco de taxa de juro na carteira bancária.

Foram emitidas Instruções Técnicas sobre a Qualidade de Circulação de Notas e Moedas do BCV e, no âmbito do Sistema Integrado de Compensação Interbancária, foi produzido o Manual do Sistema e Manual de Especificação Técnica.

No âmbito das instituições parabancárias, foram publicados no B.O. III Série nº 17 de 06/05/2011, os Estatutos da Promoleasing-Sociedade de Locação Financeira.

No quadro das actividades das instituições seguradoras, foram publicados:

1. Portaria no B.O. III Série nº 26 de 12/08/2011, que publica o Aumento do Capital Social da Garantia;
2. Portaria nº 39/2011 de 12/12/2011, que fixa o Montante e as Condições Mínimas de Seguro de Responsabilidade Civil nas Actividades de Mediação e de Angariação Imobiliária;
3. Portaria nº 40/2011 de 12/12/2011, que fixa o Montante e as Condições Mínimas de Seguro de Responsabilidade Civil na Actividade de Administração de Condomínios;
4. Portaria nº 41 de 12/12/2011, que fixa o Montante e as Condições Mínimas de Seguro de Responsabilidade Civil na Actividade de Construção pelas entidades referidas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 45/2010, de 11 de Outubro.

Com vista à dinamização do sector das Micro-Finanças, foi publicado o Decreto-Lei nº 13/2011 de 31/01/2011, que regula a constituição das Uniões e Federações das Instituições de Micro-Finanças, bem como o Decreto-Lei nº 12/2011 de 31/01/2011, que confere validade e força executiva aos contratos de mútuo celebrados entre as instituições de Micro-Finanças e os beneficiários.

Finalmente, no quadro da promoção do mercado de capitais, foi aprovada a Lei nº 7/VIII/2011 de 28/11/2011, que concede ao Governo autorização legislativa para, no âmbito de um novo Código do Mercado de Valores Mo-

biliários, definir o regime dos ilícitos criminais e de mera ordenação social, incluindo os aspectos processuais

Capítulo 6. Considerações finais

Os riscos macroeconómicos para a estabilidade financeira aumentaram em 2011, dada a contínua deterioração do enquadramento externo da economia, ao abrandamento da actividade económica nacional e ao agravamento das contas externas e públicas.

Não obstante o indicador económico indiciar uma tendência de abrandamento do ritmo de crescimento económico, os bancos em Cabo Verde acusaram bons níveis de crescimento da actividade bancária.

Contudo, a rentabilidade dos bancos acusou níveis de desaceleração, face ao período homólogo.

O risco de crédito, regra geral, mas particularmente nos domínios da habitação, construção e consumo, constitui o principal risco para o sistema bancário, bem como a situação de elevada exposição da carteira face ao sector imobiliário e a um número reduzido de contrapartes.

Em termos prudenciais, e de forma a acompanhar os riscos subjacentes ao exercício das suas actividades, os bancos procederam no segundo semestre de 2011 a aumentos dos seus Fundos Próprios elegíveis. Todavia, dada a evolução dos activos de risco em ritmo superior ao dos Fundos Próprios, o nível de solvabilidade das instituições caiu, face a 2010, ainda que se tenha mantido acima do limite regulamentar dos 10%.

Os indicadores de liquidez indiciam, parcialmente, uma ligeira melhoria do nível de liquidez; porém, as informações reportadas pelas instituições apontam para *gaps* elevados de liquidez, o que se pode materializar em estrangulamentos de liquidez e acréscimo dos custos de financiamento e, por conseguinte, num aumento significativo do risco.

O sector segurador registou um bom ritmo da sua actividade e acusou um nível de solvabilidade elevado e boa margem de solvência.

A Bolsa de Valores, apesar do abrandamento da sua actividade em 2011, procedeu à emissão de títulos de dívida pública e assegurou, assim, o financiamento do sector público administrativo.

Os testes de *stress* apontam para potenciais riscos de perda da qualidade da carteira em caso de materialização de choques de crédito, nomeadamente aos sectores da construção, habitação e consumo.

Os resultados dos testes alertam igualmente para a existência de elevados

riscos, dado o fenómeno da concentração de crédito. A exposição da carteira de crédito dos bancos é elevada face ao sector imobiliário e a um reduzido número de contrapartes. Desta forma o risco de concentração evidencia-se relevante. A ocorrência de perdas, em caso de incumprimento, seria materialmente relevante, pelo que poderá seriamente comprometer a estabilidade do sistema financeiro nacional.

